

Déficit poderá mudar ano fiscal em 95

Os ministeriáveis já sabem que a ordem é cortar gastos e assegurar o real

A reforma tributária estrutural só virá em 1996 porque a equipe econômica está convencida de que, num primeiro momento, ela trará queda de arrecadação e, por isso, é mais conveniente deixá-la para quando a economia estiver definitivamente estabilizada. Mas, enquanto isto, será necessário promover uma “meia sola” que assegure transpor o próximo ano sem déficit orçamentário. Trabalha-se com a idéia de mudar o ano fiscal, que começaria em julho, e negociar com os governadores mudanças nos repasses da União, sem grandes perdas para estados e municípios.

Hoje, 44% do Imposto de Renda (IR) e 54% do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) arrecadados são transferidos para estados e municípios, enquanto praticamente 100% dos chamados “maus impostos” — os de difícil arrecadação — ficam com a União. A idéia é negociar uma parcela maior dos “bons impostos” para a União que, em troca, repassaria um volume maior dos “maus impostos” — contribuição social (Cofins), por exemplo — aos estados e municípios. Esta mudança, que em tese não representaria perda de caixa para estados e municípios, asseguraria à União um caixa mais estável.

Para o próximo ano, mesmo com a aceleração do programa de privatização, a equipe econômica trabalha com a possibilidade de

um déficit de R\$ 6 bilhões, que não poderá ser coberto pela reforma tributária, já que decidiu-se adiá-la para 1996. Mas, a equipe está tranquila: além da “meia sola” que já está sendo estudada, existem três fatores que facilitarão a cobertura deste rombo. Primeiro, com a estabilização da economia, decresceu muito o chamado “risco Brasil”, que afastava o capital estrangeiro, e ficará mais fácil captar recursos ao sistema produtivo no exterior. Segundo, os técnicos acreditam que agora há espaço para decolar o lançamento dos Bônus do Tesouro Nacional. E terceiro, desta vez se terá gente afinada com a equipe econômica em todos os Ministérios, inclusive nos mais gastadores.

Um técnico da equipe comentava que além da chamada “Swat” composta pela Secretaria de Orçamento, Secretaria do Tesouro, Receita e Banco Central — Fernando Henrique escolherá pessoas de sua inteira confiança e afinadas com a equipe econômica para outros cargos — chave como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás. Pessoas que vão assumir sabendo que a ordem é cortar gastos e assegurar a estabilidade econômica. “Não teremos a quinta coluna no governo de Fernando Henrique Cardoso”, comentou, referindo-se a ministros de Itamar que insistiam em gastar mais do que o autorizado.

Dos Ministérios gastadores,

dois serão extintos de imediato, que são o de Bem-Estar Social e o da Integração Regional. Os demais, como Saúde, Transportes, Educação e Comunicações, vêm tendo seus titulares escolhidos a dedo. Sem a quinta coluna, os técnicos acreditam que será possível executar o Orçamento sem déficits no próximo ano.

A Reforma Administrativa do próximo governo não virá nos seus primeiros dias. De imediato, apenas a extinção dos dois ministérios mais fisiológicos. A extinção do Ministério da Integração Regional deverá transferir para o Ministério da Agricultura os órgãos de gestão de águas, como o Dnocs e a Codevasf. A Suframa deverá ir para o Ministério da Indústria e do Comércio. Os Bancos já estão com a Fazenda. E a Sudepe e Sudam deverão ficar sob a gestão do Ministério do Planejamento.

A extinção do Ministério do Bem-Estar Social fará com que os órgãos assistenciais, como a CBIA e a LBA, tenham suas funções repassadas aos estados. E as políticas de saneamento e habitação seriam transferidas ao Ministério do Planejamento. “Com isso será desbaratado o QG do fisiologismo e, aos poucos, o governo verá como continuar a reforma administrativa, sem transtornos, sem yppons, assegura um técnico que participa do processo. (Nelson Penteado e Marizete Mundim)